

DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO M.GROSSO SUL

Termo de Referência 19/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
19/2026	926605-DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO M.GROSSO SUL	LEANDRO NOTARI	28/05/2026 16:13 (v 0.6)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Bens de TIC		33/000279/2025

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de equipamentos de informática (notebooks, webcams e headsets) para atendimento das necessidades da Coordenadoria de Projetos e Convênios (CPEC) da Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul.
- 1.2. A presente contratação visa o cumprimento das metas estabelecidas no Convênio n. 936443/2022, cujo objetivo central é a implantação do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - NETP no Estado de Mato Grosso do Sul.
- 1.2.1. Foi aprovado o valor unitário para Notebook (5 unidades) a R\$ 5.771,03, Webcam (6 unidades) a R\$ 221,33 e Headset USB (6 unidades) a R\$ 153,13, totalizando **R\$ 31.101,91 (trinta e um mil, cento e um reais e noventa e um centavos)** para a aquisição dos equipamentos de informática, senão vejamos:

Item	Equipamentos de Informática - Especificações	CATMAT	Qtde	Valor unitário	Valor Total
	<p>Notebook</p> <p>Processador: No mínimo 10 (dez) núcleos físicos e 12 (doze) threads. Para arquitetura híbrida, frequência turbo máx. do Performance-core ou equivalente de no mínimo 4.4GHz e frequência turbo máx. do Efficient-core ou equivalente de no mínimo 3.3Ghz. Para arquitetura não híbrida, Clock de Max Boost ou frequência turbo max de no mínimo 4,4GHz. No mínimo 12MB de memória cache. TDP máximo anunciado de 55W ou menor. Data de lançamento a partir do ano de 2022. Não serão aceitos processadores com data de lançamento anterior a 2022.</p> <p>Placa de Vídeo: Processador gráfico integrado. Suporte a DirectX 12.1 e OpenGL 4.6 ou superior. Suporte à resolução de 4k a 60Hz ou superior. Suporte a no mínimo 03 monitores funcionando simultaneamente (tela do notebook mais 2 monitores de vídeo). Saída de vídeo HDMI 2.0 ou versão superior nativa. Não serão aceitos adaptadores ou cabos adaptadores.</p> <p>BIOS: BIOS do próprio fabricante do equipamento ou com direitos de copyright comprovados.</p> <p>Memória RAM: 8 GB do tipo DDR4-3200 ou superior. Permitir expansão para no mínimo 16 GB ou superior.</p> <p>Armazenamento: 1 SSD de 256GB M.2 do tipo PCIe 4.0x4 NVME. Não será aceito SSD M.2 do tipo SATA.</p>				

1	<p>Multimídia: Chip de áudio integrado High Definition (HD Audio) ou similar. Sistema de som integrado com 2 alto-falantes estéreo e microfone integrado. No mínimo 01 conector 3.5mm de áudio para Headphone/microfone (Combo Jack). Webcam com qualidade HD 720p ou superior.</p> <p>Tela: Tamanho de 15,6” com Anti-glare ou similar. Brilho de 250nits ou superior. Suporte à resolução Full HD (1920x1080).</p> <p>Teclado: Todos os caracteres da língua portuguesa, incluindo “ç” e acentos, nas mesmas posições do teclado padrão ABNT2. Resistência a respingos ou derramamento de líquidos.</p> <p>Dispositivo Apontador: Integrado do tipo TouchPad com suporte a multi-touch.</p> <p>Interfaces de Rede: Ethernet Gigabit (100/1000) conector RJ-45 fêmea. Não serão aceitos adaptadores de rede externos.</p> <p>Wireless Wi-Fi Padrão IEEE 802.11ac 2X2 ou superior. Não serão aceitos adaptadores Wireless externos.</p> <p>Bluetooth: Bluetooth 5.0 ou superior. Não serão aceitos adaptadores Bluetooth externos.</p> <p>Bateria: No mínimo 38Wh. Adaptador de energia original fornecido pelo fabricante do notebook.</p> <p>Segurança: Chip TPM 2.0 ou Firmware TPM compatível com TPM 2.0. Slot para trava de segurança no padrão Kensington ou similar.</p> <p>Sistema de Diagnóstico de Hardware: Acompanhar (via mídia ou download) sistema de diagnóstico fornecido pelo fabricante ou desenvolvido por terceiros e licenciado. Capaz de ser executado (inicializado) a partir da UEFI / UEFI Bootable ou Firmware. Capaz de testar e diagnosticar dispositivos de armazenamento (HDD e SSDs), Memória RAM, Processador, Ventiladores (Fans), Placa de Vídeo e Sistema de Áudio. Capaz de informar, via tela gráfica, fabricante e modelo do equipamento, modelo do processador, tamanho e velocidade da memória RAM, data e versão de firmware, modelo e capacidade dos dispositivos de armazenamento internos. Capaz de verificar, testar, emitir relatórios e exibir o progresso via tela gráfica. Licenciamento válido durante toda a vida útil do computador, sem exigir renovação. Comprovação de atendimento às exigências do edital deverá ser entregue anexo à proposta (documentações técnicas oficiais).</p> <p>Portas: No mínimo 3 (três) portas USB, sendo no mínimo 2 (duas) padrão USB 3.2 ou superior. Uma das portas USB deverá ser no padrão USB-C (Tipo-C) ou Thunderbolt. 01 (uma) porta HDMI 1.4 ou versão superior.</p> <p>Conformidades: Certificado ou Test Report de conformidade com ANATEL (para adaptador Wi-Fi), ENERGY STAR ou Portaria 170/2012 do Inmetro. Fabricante com certificação ISO 9001. Fabricante deve fazer parte da lista de membros do DMTF (Distributed Management Task Force). Fabricante deve ser registrada na lista de membros do UEFI (Unified Extensible Firmware Interface Forum).</p> <p>Suporte e Garantia: Garantia mínima do fabricante de 12 meses, incluindo a bateria. Garantia da bateria deve cobrir defeitos de fabricação e no mínimo uma troca em caso de falhas, sem custos adicionais, durante o prazo da garantia.</p>	478631	(Nomenclatura Comum Mercosul - NCM 8471.30.12)	5	R\$ 5.771,03	R\$ 28.855,15
2	<p>Webcam: comprimento do cabo mínimo: 1,5 m; tipo de conexão: USB-A; resolução mínima: HD 720P 30FPS possuir obrigatoriamente microfone integrado; possuir obrigatoriamente LED indicando o funcionamento da câmera; fácil instalação (plug & play); ser compatível com windows 10 ou superior; possuir clipe para ajuste em monitor e mesa.</p>	474877	(NCM 8525.89.29)	6	R\$ 221,33	R\$ 1.327,98
3	<p>Headset USB: fone ouvido tipo headset, digital, USB 2.0, comprimento fio 1,80 m, fone tipo estéreo, acolchoado com anulador de ruídos, características adicionais: plug and play, pivotagem do microfone 180°, tipo microfone: omnidirecional.</p>	420854	(NCM 85.17)	6	R\$ 153,13	R\$ 918,78

	Valor Global:	R\$ 31.101,91 (trinta e um mil cento e um reais e noventa e um centavos)			

1.3. A contratação é classificada quanto à sua natureza como **aquisição de bens comuns**, pois enquadra-se na classificação do Art. 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133/2021.

1.4. A presente contratação será realizada por meio de **LICITAÇÃO**, através da modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tipo **MENOR PREÇO POR GRUPO**, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

1.5. **Participação Exclusiva para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP)**

1.5.1. Nos termos do disposto nos arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 147/2014, e em conformidade com o art. 4º da Lei nº 14.133/2021, a presente licitação será destinada à participação exclusiva de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), considerando que o valor total estimado da aquisição é de R\$ 31.101,91 (inferior a R\$ 80.000,00), conforme previsto no inciso I do art. 48 da LC 123/2006.

1.5.2. Essa medida visa fomentar o desenvolvimento econômico local e regional, bem como ampliar a eficiência das políticas públicas de incentivo às pequenas empresas.

1.6. Dispensada a elaboração do Estudo Técnico Preliminar por tratar-se de convênio com objeto já delimitado em Plano de Trabalho, o presente Termo de Referência conterá os itens obrigatórios a que faz menção o artigo 18, §2º, da Lei 14.133/21, quais sejam:

- 1.6.1. I - descrição da necessidade da contratação (Item 2 deste TR);
- 1.6.2. IV - estimativas das quantidades para a contratação (Item 1 deste TR);
- 1.6.3. VI - estimativa do valor da contratação (Item 1 deste TR);
- 1.6.4. VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação (Item 15 deste TR);
- 1.6.5. XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação (item 16 deste TR).

2. **FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Coordenadoria de Planejamento e Gestão Estratégica informou que a contratação em epígrafe encontra-se prevista tanto no orçamento, quanto no planejamento do Órgão para o corrente ano.

2.2. Os quantitativos da contratação encontram-se previstos na tabela do item anterior.

2.3. A presente contratação justifica-se pela necessidade de dar cumprimento às metas delineadas no Convênio n.º 936443/2022, que tem como objetivo central a implantação do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETP) no Estado de Mato Grosso do Sul.

2.4. A aquisição destes equipamentos de informática (notebooks, webcams e headsets) é indispensável para estruturar e aparelhar fisicamente o NETP, propiciando aos defensores, servidores e colaboradores as ferramentas tecnológicas adequadas para o desempenho de suas funções, garantindo a eficiência, celeridade e qualidade nos atendimentos prestados pelo núcleo.

2.5. A adequada estruturação tecnológica desempenha papel valioso nas atividades de enfrentamento ao tráfico de pessoas. A disponibilização destes equipamentos possibilitará o processamento de dados, a elaboração de peças, além de garantir a comunicação remota e segura (por meio de webcams e headsets) para a realização de reuniões interinstitucionais, capacitações e oitivas de possíveis vítimas, especialmente em regiões de fronteira.

2.6. Importa salientar que, instada a se manifestar, a Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) apontou que as especificações técnicas dos notebooks originais tornaram-se obsoletas em razão do lapso temporal decorrido desde a data de celebração do convênio, ocorrida no ano de 2022. Diante disso, foram sugeridas novas especificações para contemplar modelos atualmente disponíveis no mercado, culminando em nova pesquisa de preços e adequação do plano de trabalho, o que legitima a presente fase de aquisição dos equipamentos atualizados.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A solução compreende a aquisição de equipamentos de informática, consistentes no fornecimento de 05 (cinco) Notebooks, 06 (seis) Webcams e 06 (seis) Headsets USB, com vistas a atender às necessidades tecnológicas do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETP) no Estado de Mato Grosso do Sul.

3.2. Os equipamentos deverão observar rigorosamente suas especificações técnicas.

3.3. O ciclo de vida do objeto engloba a fabricação ou distribuição dos bens, o transporte e a entrega nas condições e prazos exigidos, bem como a sua regular utilização, operação e suporte em conformidade com as garantias estipuladas. A destinação dos equipamentos visa aparelhar fisicamente o ambiente de trabalho e fornecer as ferramentas necessárias à equipe do NETP.

3.4. Após o término da vida útil dos equipamentos de informática ou caso se tornem inservíveis, a eliminação e o descarte dos resíduos eletroeletrônicos deverão observar as práticas de sustentabilidade e responsabilidade ambiental, exigindo-se, nos termos da legislação ambiental e Política Nacional de Resíduos Sólidos, o seu devido encaminhamento para processos de logística reversa ou descarte ecologicamente adequado.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Vigência

4.1.1. O prazo de vigência da contratação será de **120 (cento e vinte) dias**, contados da assinatura do Instrumento Contratual ou da retirada da Nota de Empenho, na forma da Lei nº 14.133, de 2021, período suficiente para contemplar a entrega dos bens, o recebimento definitivo e o processamento do pagamento.

4.2. Conformidade Legal e Normativos Reguladores

A prestação dos serviços e o fornecimento dos materiais devem estar alinhados com todas as normas e legislações pertinentes, assegurando a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da empresa. Devem ser observadas:

- a)** A Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021) e demais legislações aplicáveis durante todo o processo de contratação;
- b)** A Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

4.3. Requisitos Mínimos do Objeto

4.3.1. Os equipamentos de informática a serem fornecidos pela(s) empresa(s) contratada(s) deverão atender às seguintes características e exigências:

4.3.1.1. Fornecedor de 05 (cinco) Notebooks, 06 (seis) Webcams e 06 (seis) Headsets USB, com estrita observância às especificações de processamento, memória, armazenamento, conexões, multimídia e demais parâmetros técnicos definidos no item 3 deste Termo de Referência.

4.3.1.2. Os equipamentos deverão ser novos, de primeiro uso, não sendo aceitos equipamentos reconicionados ou fora de linha de fabricação, e deverão ser entregues em perfeito estado de funcionamento.

4.3.1.3. Os bens deverão ser entregues em suas embalagens originais do fabricante, devidamente lacradas e identificadas, garantindo a proteção dos equipamentos contra impactos, umidade ou poeira durante o transporte e o descarregamento no endereço estipulado pela DPGE/MS.

4.3.1.4. A contratada deverá garantir a substituição, a expensas próprias, de qualquer equipamento que apresente vícios, defeitos de fabricação ou divergência em relação às especificações técnicas exigidas no ato do recebimento ou durante a vigência da garantia.

4.4. Segurança e Confidencialidade

A contratada obriga-se a fornecer os equipamentos com os níveis de segurança de hardware (como TPM 2.0 ou compatível) e licenciamentos requeridos para a BIOS e sistemas de diagnóstico, assegurando que os hardwares e firmwares sejam íntegros e não contenham componentes maliciosos que possam vir a comprometer a segurança da informação da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul.

4.5. Práticas de Sustentabilidade

4.5.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição técnica do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.5.1.1. Os equipamentos de informática devem possuir comprovação de conformidade e certificação de eficiência energética (como ENERGY STAR ou da Portaria 170/2012 do Inmetro).

4.5.1.2. As embalagens utilizadas para o acondicionamento e transporte dos bens devem ser, preferencialmente, compostas de materiais recicláveis.

4.5.1.3. Deverá haver estrita observância à Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), especialmente no que tange às obrigações de logística reversa e ao descarte ecologicamente adequado de resíduos eletroeletrônicos ao término da vida útil dos equipamentos ou no eventual descarte de peças defeituosas.

4.6. Subcontratação

4.6.1. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto contratual.

4.6.2. A vedação à subcontratação justifica-se, técnica e administrativamente, pelos seguintes fundamentos:

a) Controle de Qualidade e Padronização Visual: A execução direta pela empresa vencedora do certame é imprescindível para garantir o rigoroso padrão de qualidade exigido para os materiais da campanha do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETP). A centralização da produção na contratada assegura a uniformidade na fidelidade das cores (padrão CMYK), na aplicação das logomarcas, no tipo de papel e nos acabamentos, evitando as variações e distorções que frequentemente ocorrem quando diferentes parques gráficos operam simultaneamente.

b) Garantia da Qualificação Técnica: O processo licitatório estabelece critérios rigorosos de qualificação técnica e econômico-financeira (comprovação prévia de execução de, no mínimo, 50% dos quantitativos do objeto). Permitir a subcontratação esvaziaria o propósito destas exigências, transferindo a execução para terceiros cujas capacidades operacionais e solidez não foram avaliadas nem homologadas pela Administração.

c) Segurança da Informação e Propriedade Intelectual: A execução do objeto envolve o manuseio de arquivos originais, artes e identidades visuais institucionais da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul (DPE/MS) e do Ministério da Justiça e Segurança Pública. A execução direta previne a disseminação desautorizada desses materiais para terceiros alheios à relação contratual primária.

d) Natureza do Objeto e Eficiência Contratual: Trata-se de um fornecimento de materiais em lote único, de execução rápida (30 dias após aprovação da prova) e concentrada. Não existem no objeto especialidades técnicas distintas e complementares (como ocorre em grandes obras de engenharia) que tornem a subcontratação tecnicamente necessária ou vantajosa para a eficiência da entrega. A responsabilização direta e exclusiva da contratada facilita a fiscalização, a aplicação de sanções em caso de inadimplemento e a liquidação dos pagamentos.

4.7. Garantia da contratação

Não haverá exigência da garantia da contratação prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

4.8. Vistoria

Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de entrega dos bens.

4.9. Margem de Preferência

O objeto da contratação enquadra-se na margem de preferência normal.

4.10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.10.1. Fornecer e entregar os equipamentos de informática (notebooks, webcams e headsets) com estrita observância às especificações técnicas, quantidades e níveis de qualidade estabelecidos neste Termo de Referência e seus anexos;

4.10.2. Entregar os equipamentos novos, de primeiro uso, em suas embalagens originais do fabricante, devidamente lacradas, acompanhados de todos os manuais, mídias de instalação (se houver), cabos, fontes de alimentação e demais acessórios exigidos;

4.10.3. Realizar a entrega dos bens no endereço estipulado pela DPGE/MS, arcando com todas as despesas de frete, seguro, transporte, carga, descarga, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto;

4.10.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas e no prazo fixado pela Administração, os equipamentos que apresentarem vícios, defeitos de fabricação, falhas de funcionamento ou divergências em relação às especificações exigidas neste Termo de Referência, tanto no ato da entrega quanto durante o período de garantia;

4.10.5. Apresentar nota fiscal ou fatura detalhada, contendo a descrição exata dos bens efetivamente entregues, com a indicação das respectivas marcas, modelos, números de série e valores unitários e totais;

4.10.6. Manter, durante toda a vigência da contratação e do período de garantia, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.10.7. Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto da contratação sem previsão legal ou regulamentar e sem a prévia e expressa autorização da Contratante;

4.10.8. Conceder livre acesso de servidores do Ministério da Justiça e Segurança Pública, bem como dos órgãos de controle interno e externo, aos processos, documentos, informações, registros contábeis e locais de execução, referentes ao objeto contratado, em observância às regras do Convênio n. 936443/2022.

4.11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.11.1. Proporcionar todas as facilidades e o acesso necessário ao local de entrega para que a Contratada possa descarregar os equipamentos dentro dos prazos e condições estipuladas;

4.11.2. Receber, conferir e realizar a avaliação técnica/testes de conformidade nos equipamentos entregues (verificação de hardware, firmware e funcionamento geral), emitindo os respectivos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo nos prazos estipulados;

4.11.3. Indicar formalmente o(s) gestor(es) e fiscal(is) do contrato para acompanhar, fiscalizar a entrega e atestar o recebimento dos bens;

4.11.4. Efetuar o pagamento à contratada dentro dos prazos estabelecidos, após o recebimento definitivo, o ateste do fiscal e a devida aferição da regularidade da nota fiscal/fatura e das certidões de regularidade fiscal;

4.11.5. Comunicar formalmente à contratada qualquer irregularidade, vício ou defeito verificado nos equipamentos entregues, exigindo a sua imediata correção ou substituição sob pena de aplicação das sanções cabíveis;

4.11.6. Zelar pela correta gestão do instrumento contratual, assegurando o cumprimento da legislação vigente (Lei nº 14.133/2021) e a economicidade da contratação.

4.12. DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

4.13. ALTERAÇÕES

4.13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

4.13.2. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

4.13.3. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.14. FORO

Fica definido o Foro da Comarca de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Prazos, Local e Condições de Entrega

5.1.1. A entrega dos equipamentos de informática deverá ser realizada, preferencialmente, em parcela única, no prazo de até **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir da assinatura do instrumento contratual ou da data de recebimento da Nota de Empenho pela contratada.

5.1.2. Os bens deverão ser entregues no endereço da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul (DPGE/MS): Av. Desembargador José Nunes da Cunha, Bloco IV, s/n, Parque dos Poderes, Campo Grande/MS, em dias úteis, das 12h00 às 19h00, mediante agendamento prévio.

5.1.3. A contratada deverá entrar em contato com o gestor ou fiscal do contrato com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas para agendar a entrega, a fim de que a Administração prepare o espaço e a equipe para o recebimento e descarregamento.

5.1.4. Os equipamentos deverão ser entregues rigorosamente novos, acondicionados em embalagens originais do fabricante, lacradas, adequadas para proteção contra danos de transporte, manuseio e intempéries.

5.1.5. Todas as despesas referentes a frete, seguro, transporte, carga e descarga correrão por conta exclusiva da contratada.

5.2. Recebimento do Objeto (Art. 140 da Lei nº 14.133/2021)

5.2.1. O recebimento dos bens seguirá o disposto na legislação vigente e ocorrerá em duas etapas:

5.2.2. Recebimento Provisório: Será realizado pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato no ato da entrega, de forma sumária, mediante a conferência visual das embalagens, verificação das quantidades e emissão de recibo no verso da Nota Fiscal ou emissão de Termo de Recebimento Provisório. Esta etapa visa resguardar a Administração para a posterior e minuciosa verificação de conformidade.

5.2.3. Recebimento Definitivo: Será efetuado por servidor ou comissão designada, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis após o recebimento provisório. Consistirá na avaliação técnica detalhada, incluindo testes de ligamento, conferência das especificações de hardware (processador, memória, armazenamento, portas), BIOS e sistemas de diagnóstico, atestando a exata correspondência dos bens entregues com as exigências do Termo de Referência.

5.2.4. Caso os equipamentos (ou parte deles) sejam rejeitados, a contratada será notificada para providenciar a sua substituição, reparação ou correção no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da notificação, arcando com todos os custos operacionais e logísticos de recolhimento e nova entrega.

5.2.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui, em hipótese alguma, a responsabilidade civil e técnica da contratada por vícios ocultos ou de fabricação que venham a ser constatados durante o período de garantia dos equipamentos.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. A contratação deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, sendo cada parte responsável pelas consequências decorrentes da inexecução total ou parcial de suas obrigações.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do fornecimento por motivo de força maior, o cronograma de entrega será automaticamente prorrogado pelo tempo correspondente, devendo tais circunstâncias ser registradas por meio de simples apostila.

6.3. As comunicações entre a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul (DPGE/MS) e a contratada deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, para esse fim, o uso de mensagens eletrônicas (e-mail institucional).

6.4. A DPGE/MS poderá convocar o preposto da contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, em especial no que tange à substituição de equipamentos de informática (notebooks, webcams ou headsets) que apresentem defeitos de fabricação, falhas de funcionamento ou divergência de especificações.

6.5. DAS ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO

A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por um ou mais fiscais designados, ou por seus respectivos substitutos, formalmente nomeados pela Administração.

6.6. DA FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

6.6.1. Deverão ser observadas as disposições da **Resolução DPGE nº 317, de 2023**, a qual dispõe sobre as regras para atuação dos gestores e fiscais de contratos nas licitações e nos contratos, no âmbito da Defensoria Pública-Geral do Estado de Mato Grosso do Sul. Em vista disso, o fiscal técnico acompanhará a entrega dos bens, assegurando o cumprimento de todas as condições estabelecidas (quantitativos, marcas, modelos, testes de hardware /software, integridade das embalagens e manuais), com vistas à obtenção dos melhores resultados para a Administração.

6.6.2. O fiscal técnico registrará no histórico de gerenciamento do processo todas as ocorrências relevantes, incluindo eventuais defeitos físicos nos equipamentos, falhas de inicialização, componentes faltantes ou divergências em relação ao exigido no Termo de Referência, com a devida descrição das providências adotadas para sua regularização.

6.6.3. Caso identifique inexistências, defeitos ou irregularidades nos notebooks, webcams ou headsets entregues, o fiscal técnico emitirá notificações à contratada, fixando prazo para o devido reparo ou substituição dos bens.

6.6.4. O fiscal técnico deverá informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, qualquer situação que exija decisão ou providência além de sua competência.

6.6.5. A fiscalização exercida nos termos desta cláusula não exime nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, ainda que decorrentes de imperfeições técnicas, vícios ocultos nos hardwares/firmwares ou uso de componentes inadequados ou de qualidade inferior, não implicando corresponsabilidade do contratante ou de seus agentes.

6.7. DA FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

6.7.1. O fiscal administrativo verificará a manutenção das condições de habilitação e qualificação da contratada (incluindo a regularidade fiscal e trabalhista), acompanhará os procedimentos de empenho e pagamento, bem como a formalização de eventuais apostilamentos, podendo solicitar documentos comprobatórios sempre que necessário.

6.7.2. Em caso de descumprimento das obrigações (como atraso na entrega ou não regularização fiscal), o fiscal administrativo atuará tempestivamente na busca de solução, reportando-se ao gestor da contratação quando a situação ultrapassar sua competência.

6.7.3. A atuação da fiscalização administrativa observará estritamente as disposições da **Resolução DPGE nº 317, de 2023**.

6.8. DO GESTOR DO CONTRATO

6.8.1. Compete ao gestor do contrato, em observância à **Resolução DPGE nº 317, de 2023**:

6.8.1.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização, mantendo registros formais no histórico de gerenciamento, como ordens de fornecimento, ocorrências e alterações.

6.8.1.2. Acompanhar os registros efetuados pelos fiscais técnico e administrativo, informando à autoridade superior os casos que extrapolem sua competência.

6.8.1.3. Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada para fins de liquidação e pagamento, registrando eventuais impedimentos.

6.8.1.4. Emitir documento comprobatório da avaliação dos fiscais quanto ao cumprimento das obrigações, subsidiando a aplicação de eventuais penalidades.

6.8.1.5. Adotar as providências para a instauração de processo administrativo de responsabilização, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, quando necessário.

6.8.1.6. Encaminhar a documentação pertinente ao setor de contabilidade/finanças para formalização dos procedimentos de pagamento, conforme o ateste do recebimento definitivo apurado pela fiscalização.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A medição para efeitos de pagamento consistirá na verificação da entrega integral dos equipamentos de informática contratados (05 notebooks, 06 webcams e 06 headsets USB), devendo a sua conformidade com as especificações técnicas, quantitativas e qualitativas (incluindo testes de hardware, configurações exigidas, integridade das embalagens e manuais) ser atestada pelo fiscal competente da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul (DPGE/MS) mediante o Termo de Recebimento Definitivo.

7.2. O pagamento será efetuado num prazo máximo de até **30 (trinta) dias úteis**, contados a partir da data do ateste do recebimento definitivo e da apresentação da respectiva Nota Fiscal ou Fatura, em estrita observância ao disposto no artigo 141 da Lei n.º 14.133/2021.

7.3. A liquidação do valor devido será realizada através de transferência bancária via *Plataforma TransfereGov.br* para a conta corrente da estrita titularidade da empresa contratada, devendo os dados bancários constar expressamente no corpo da nota fiscal apresentada.

7.4. O pagamento ficará expressamente condicionado à comprovação da manutenção de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, englobando a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada no momento da liquidação da despesa.

7.5. Caso se verifique qualquer erro ou irregularidade na emissão da nota fiscal, ou caso a empresa não apresente a documentação exigida para a comprovação da sua regularidade, o trâmite de pagamento será imediatamente suspenso. O prazo para o pagamento apenas será retomado a partir da data em que a contratada providenciar a devida regularização, sem que lhe assista qualquer direito a atualização monetária ou compensação financeira por este atraso.

7.6. É expressamente vedada a realização de qualquer pagamento a título de antecipação por bens ainda não entregues ou não atestados pela fiscalização do contrato.

7.7. Havendo a aplicação de multas ou sanções pecuniárias à contratada decorrentes de infrações contratuais, a Administração poderá reter e descontar os respectivos valores diretamente do montante a ser pago na fatura correspondente, assegurado o prévio contraditório e a ampla defesa.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Deverão ser observadas as disposições da **Resolução DPGE n. 365, de 17 de janeiro de 2025**, que regulamenta o procedimento administrativo de apuração e aplicação de sanções administrativas por infração de participantes de processos de seleção de fornecedores e contratados pela Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, em conformidade com a Lei n.º 14.133/2021.

8.2. Comete infração administrativa a contratada que incorre nas condutas previstas na **Resolução DPGE n. 365/2025** e na **Lei 14.133/2021**.

8.3. Fica estabelecido o limite máximo de 5% (cinco por cento) de multa de mora para fins do disposto no art. 5º, §1º, da Res. 365/2025.

8.3.1. Resolução DPGE nº 365/2025: Art. 5º A multa de mora será imposta ao fornecedor que entregar o objeto ou executar o serviço com atraso em relação ao prazo fixado no edital e/ou contrato. § 1º A multa de mora poderá ser aplicada por dia ou hora de atraso, tendo por base o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no edital e/ou contrato, até o limite estabelecido no termo de referência.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

9.1. Forma de Seleção e Critério de Julgamento da Proposta

9.1.1. O fornecedor será selecionado por meio de **licitação**, através da modalidade **pregão eletrônico**, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

9.1.2. O critério de julgamento das propostas será o de **menor preço por grupo**, tendo em vista tratar-se de objeto de natureza comum.

9.2. Regime de Execução

9.2.1. O regime de execução do objeto será o de **empreitada por preço global**.

9.3. Exigências de Habilitação

Para fins de habilitação, o interessado deverá comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação Jurídica

9.3.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.3.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.3.3. Microempreendedor Individual (MEI): Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site oficial (<https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>);

9.3.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal (SLU) ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI): inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.3.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento;

9.3.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.3.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência devidamente registrado no órgão competente onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.3.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764/1971;

9.3.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

9.3.10. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

9.3.11. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), abrangendo todos os créditos tributários federais e a Dívida Ativa da União (DAU), inclusive os relativos à Seguridade Social;

9.3.12. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.3.13. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa (CNDT);

9.3.14. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.3.15. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre (ICMS). A exigência visa assegurar que a contratada cumpre rigorosamente suas obrigações tributárias estaduais. No caso de fornecimento de bens, a

regularidade quanto ao ICMS é condição essencial para a emissão de notas fiscais de mercadorias (NF-e) e para garantir que a entrega do objeto não seja interrompida por sanções administrativas, retenções em postos fiscais ou bloqueios fiscais;

9.3.16. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.3.17. O fornecedor enquadrado como MEI que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.3.18. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física ou de sociedade simples;

9.3.19. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.3.20. Por se tratar de licitação destinada ao fornecimento de bens para pronta entrega, fica dispensada a apresentação de Balanço Patrimonial por parte de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), nos termos do art. 3º do Decreto Federal nº 8.538/15.

9.3.21. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.3.22. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente contratação, mediante a apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem que a empresa já executou o fornecimento de equipamentos de informática de complexidade similar, limitando-se a exigência quantitativa à parcela de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, correspondente ao item de **notebooks**, no qual deverá ser comprovado o fornecimento de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do quantitativo estipulado para o referido item, em estrita observância aos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

Disposições Gerais sobre Habilitação

9.3.23. Não serão aceitos documentos de habilitação que apresentem CNPJ divergente, salvo nos casos legalmente permitidos.

9.3.24. Caso o fornecedor seja a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; se for a filial, os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica e para documentos que, por sua natureza, sejam emitidos exclusivamente em nome da matriz.

9.3.25. Serão aceitos registros de CNPJ distintos entre matriz e filial quanto aos documentos de regularidade fiscal (CND e CRF/FGTS), desde que comprovada a centralização do recolhimento das respectivas contribuições.

9.3.26. Para a participação no certame, o licitante **NÃO** poderá constar:

9.3.26.1. No cadastro de empresas inidôneas do Tribunal de Contas da União, do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União;

9.3.26.2. No Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF como impedidas ou suspensas;

9.3.26.3. No Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça;

9.3.26.4. No Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O valor total global estimado para a presente contratação é de **R\$ 31.101,91 (trinta e um mil, cento e um reais e noventa e um centavos)**, distribuídos da seguinte forma, conforme pesquisa de preços atualizada:

10.1.1. Notebook (05 unidades): R\$ 28.855,15 (vinte e oito mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e quinze centavos), correspondendo ao valor unitário de R\$ 5.771,03;

10.1.2. Webcam (06 unidades): R\$ 1.327,98 (um mil, trezentos e vinte e sete reais e noventa e oito centavos), correspondendo ao valor unitário de R\$ 221,33;

10.1.3. Headset USB (06 unidades): R\$ 918,78 (novecentos e dezoito reais e setenta e oito centavos), correspondendo ao valor unitário de R\$ 153,13.

10.2. A referida despesa encontra-se devidamente prevista e detalhada no Plano de Trabalho Atualizado do Convênio n.º 936443/2022.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas a serem realizadas com a execução do Instrumento Contratual serão custeadas com recursos do Convênio Plataforma + Brasil nº 936443/2022.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato (Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

13.1. Aplicam-se as regras previstas no art. 95, §1º e 92 da Lei 14.133/2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Não se aplica à presente contratação.

15. Justificativas Não Parcelamento

15.1. Em observância ao §1º do art. 47 da Lei nº 14.133/2021, optou-se pelo não parcelamento do objeto desta contratação, sendo o fornecimento dos equipamentos de informática (notebooks, webcams e headsets) realizado por meio de lote único.

15.2. A decisão pela não divisão em lotes fundamenta-se técnica e economicamente nos seguintes aspectos:

15.2.1. **Compatibilidade e Padronização:** Tratando-se de equipamentos destinados à estruturação de estações de trabalho para o Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETP), a aquisição por meio de um único fornecedor facilita o processo de garantia e assegura a entrega simultânea das soluções, garantindo a pronta operacionalização dos postos de trabalho com os periféricos (webcams e headsets) devidamente integrados aos computadores portáteis (notebooks).

15.2.2. **Economia de Escala e Atratividade de Mercado:** A aglutinação dos itens (05 notebooks, 06 webcams e 06 headsets), cujo valor global estimado é de R\$ 31.101,91, em um único lote otimiza os custos logísticos (frete e seguro) da futura contratada e torna o certame financeiramente mais atrativo para as empresas do setor de tecnologia. O parcelamento de itens de menor valor agregado (como webcams e headsets) isoladamente poderia desestimular a participação de licitantes, resultando em itens desertos ou fracassados e encarecendo o custo final pela pulverização do frete.

15.2.3. **Eficiência Administrativa e Logística:** A gestão de um único contrato simplifica sobremaneira a fiscalização, otimizando rotinas como o recebimento provisório e definitivo dos materiais em parcela única, a avaliação técnica dos equipamentos, a tramitação de notas fiscais e os pagamentos. Além disso, centraliza o eventual acionamento de suporte e garantia em uma única empresa, evitando o multiplicamento de esforços administrativos e operacionais para o atendimento da mesma meta do Convênio n.º 936443/2022.

16. Viabilidade da Contratação

16.1. Diante do exposto, esta unidade demandante manifesta-se pela total adequação e **viabilidade** da contratação pretendida, considerando que o Termo de Referência reflete fielmente as necessidades da Coordenadoria de Projetos e Convênios (CPEC) e as metas pactuadas no Convênio n.º 936443/2022, destinado à implantação do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETP) no Estado de Mato Grosso do Sul.

16.2. A solução escolhida — **aquisição de equipamentos de informática (notebooks, webcams e headsets)** — mostra-se tecnicamente correta e estritamente necessária para estruturar e aparelhar fisicamente o ambiente de trabalho do NETP, propiciando aos defensores, servidores e colaboradores as ferramentas tecnológicas adequadas para o desempenho de suas funções (processamento de dados, realização de reuniões interinstitucionais e oitivas remotas) e garantindo o melhor custo-benefício para a Administração.

16.3. As exigências de habilitação e os critérios de qualificação técnica estabelecidos (como a comprovação de fornecimento prévio de, no mínimo, 50% dos quantitativos do item licitado) garantem a ampla competitividade do certame, assegurando, simultaneamente, que a futura contratada possua a aptidão comercial e logística necessária para o cumprimento integral e satisfatório do ajuste no prazo exigido.

16.4. Por fim, declara-se que a contratação está em estrita **conformidade** com o Plano de Trabalho devidamente adequado (considerando a atualização das especificações técnicas obsoletas, conforme orientação da Secretaria de Tecnologia da Informação - STI) e com os preceitos da Lei nº 14.133/2021, estando o processo devidamente instruído para o prosseguimento rumo à fase externa da licitação.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LEANDRO NOTARI

Analista de Defensoria



Assinou eletronicamente em 28/05/2026 às 16:13:14.

RAUL SAAB MONDINE

Coordenador de Projetos e Convênios